

# 1 INTERESSES DIFUSOS: A POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DOS EFEITOS DA REVELIA AOS DIREITOS INDISPONÍVEIS

Flaviano Vasconcelos Pereira

## RESUMO

O nosso artigo aborda a não aplicação dos efeitos da revelia aos interesses ou direitos materiais indisponíveis constantes das lides coletivas, em que legitimados, como o Ministério Público, associação ou outros corpos intermediários, pleiteiam interesses difusos. A *ratio* estaria no reconhecimento do atributo da indisponibilidade de tais interesses. Assim, debruçamo-nos sobre a comparação entre os litígios plurisubjetivos e os individuais, focando a aplicabilidade ou não do artigo 320, II, do CPC face os interesses sociais indisponíveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interesses Difusos. Revelia Processual. Indisponibilidade. Acesso à Justiça.

## 1. INTROÍTO

Olhemos os fatos sociais da contemporaneidade, a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, traz como consequência a exploração capital de seres humanos, momento esse que culmina no desenvolvimento dos direitos sociais trabalhistas. Continuando a observação, constata-se que a população já não é mais a mesma, visto que a sua numerosidade é tão espantosa, que passamos a ter ciência de debates como a impossibilidade física do planeta para a produção de alimentos ou a falta de água a partir do ano tal, no aspecto jurídico, que é o que nos interessa, “apareceu o fenômeno da **litigiosidade de massa**”<sup>1</sup>.

Ainda nessa senda das mutações sociais, consignam-se o consumo da sociedade de massa aliado aos efeitos da globalização, a preocupação com bens que, até algumas décadas atrás eram ‘desconhecidos’, como o meio ambiente. Por outra banda, tem-se o Direito Processual Civil

1 In: DIDIER Fredie Jr; ZANETI Hermes Jr. **Curso de Direito Processual**. 1. ed. Bahia: Jus Podivm, 2007, p. 35. v.4

atravessando a sua fase crítica ou instrumentalista, assim não são poucos os questionamentos acerca da sua celeridade, distributividade equânime do tempo, efetividade, o real acesso à justiça, economicidade, eficiência etc. Tudo isso se soma para novas formulações de tutela jurídica.

“Os novos direitos”<sup>2</sup>-- coletivos *latu sensu* -- são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade<sup>3</sup>. A partir do momento em que restou evidente que o Estado não poderia mais tratar apenas dos direitos individuais, uma vez que, para a justa e adequada inserção do homem na vida social, tornou-se imprescindível proteger bens pertencentes a toda comunidade, surgiram não apenas normas de direito material, as quais, objetivando dar-lhes conteúdo, assumiram a nítida função de prevenção e concretização destes bens, como também a necessidade de novas formas de tutela jurisdicional.

Inspiradas nas *class actions* do Direito norte-americano, as ações coletivas também foram instituídas ou se expandiram em diversos outros países, embora não se conheça, até o momento, nem um instrumento internacional que a elas se refira explicitamente<sup>4</sup>.

A nossa pretensão com este artigo é tentar contribuir para a evolução do pensamento sobre o processo civil brasileiro, apresentando a nossa crítica e não nos furtando de mostrar as soluções com o fito de fortalecer o real acesso à justiça.

Hodiernamente, o tema -- ações coletivas -- se constitui em um dos mais caros para o processo civil<sup>5</sup>. Na verdade, é um assunto limite, no sentido de que implica, consoante muito bem observado por Herman Benjamim<sup>6</sup>, tanto na revitalização do processo, compatibilizando-o com os anseios da sociedade contemporânea, quanto a sua morte, posto que revoluciona algumas características consideradas quase sagradas pela doutrina processualista em geral.

Sonhamos utopicamente com o dia em que possamos analisar todos os institutos do direito processual civil detidamente, mas, *in casu*, restringimo-nos a falar da problemática da aplicabilidade dos efeitos da revelia nas lides coletivas versando sobre interesses indisponíveis. Obviamente, traremos à baila outros aspectos circundantes a matéria, buscamos nos balizar pela doutrina consagrada, sem perder o tom da inovação.

Os obstáculos da defesa judicial de tais direitos ou interesses têm sido enfrentados, de uma forma ou de outra, pelos vários ordenamentos jurídicos, o que CAPPELLETTI e GARTH<sup>7</sup>

2 In: MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela coletiva**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2006, p.139.

3 BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 1º. Ed., Rio de Janeiro:Campus, 2004.

4 Cf. Leonardo Greco em palestra proferida na Universidade de Erfurt, República Federal da Alemanha, em maio de 2004.

5 RODRIGUES, Geisa de Assis. **Anotação acerca da ação civil pública como uma ação constitucional**. In MILARÉ, Edis. **Ação civil pública: Lei 7.347/1985**. 2. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

6 BEJAMIM, Antônio Herman. (*apud.*, RODRIGUES, 2005, p.36, In: MILARÉ, 2005).

7 CAPPELLETTI Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**, trad. De Ellen Gracie Northfleet, Porto Alegre, 1998, p. 21.

denominaram de segunda onda de acesso à justiça.

## 2. INTERESSES DIFUSOS: SINGULARIDADE DE SUA NATUREZA JURÍDICA

Convém-nos de início, recorrer à definição lexicológica do adjetivo *difuso*. Segundo HOUASSIS<sup>8</sup>, entre outros sentidos atribuídos, *difuso* significa “aquilo que se espalha por todas as direções”, “que não apresenta limites precisos” e sem “contorno nitidamente indefinidos”. Difuso transmite a idéia de fluidez. Diz-se que uma luz é difusa, quando seus raios se repetem confusamente, sem sombras definidas<sup>9</sup>.

A noção gramatical, ainda que seja perfeitamente compatível com a caracterização dos interesses difusos no âmbito do Direito, não é suficiente. Na verdade, diversas foram as correntes que tentaram conceituá-los.

Interesses Difusos – na definição legal, pela Lei 8.078/90 – são os entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstância de fato.

Melhor seria, se, no Código de Defesa do Consumidor, estivesse grafado destinatários indetermináveis, em vez de titulares indeterminados na definição dos interesses difusos<sup>10</sup>. Afinal, que tipo de resposta jurisdicional se presta para ser concedida a sujeitos indeterminados, ou seja, indefinidos? Determinados e indeterminados são dois extremos, em que, no ponto médio, encontram-se aqueles passíveis ou não de determinação<sup>11</sup>. Imaginemos uma fábrica que polui um rio, pergunta-se a quem está se provocando um dano? O bem da vida agredido indubitavelmente é o meio ambiente, e os lesados podem ser a comunidade ribeirinha, os pescadores, os turistas, as gerações futuras etc. Ora, é impossível haver uma lesão, sem que possamos identificar os supostos interessados no cerramento das condutas ilícitas. Acontece que, tratando-se de direito coletivo, a identificação e individualização dos titulares são absolutamente desnecessárias, não vem ao caso, na estrutura das relações coletivas, nomear os indivíduos.

Assim, por ser irrelevante a identificação, é preferível dizer que os titulares não são passíveis de determinação, logo, indetermináveis. A natureza indivisível dos interesses difusos relega o indivíduo, enquanto ser único, ao segundo plano.

Nos interesses difusos, por exemplo, a pretensão ao meio ambiente sadio, posto

8 HOUASSIS, Antônio *Apud* ARARUNA; Eduardo Varandas. **A tutela coletiva dos interesses individuais homogêneos. Uma perspectiva luso-brasileira**. Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003.

9 Idem, *ibidem*.

10 Cf. Pois o direito sempre será determinado, apenas seus destinatários que não podem ser determinados.

11 Cf. O Lexicográfico Aurélio. São indetermináveis aqueles não são passíveis de determinação.

compartilhada por número indeterminável de pessoal, não pode ser quantificada ou dividida entre os membros da coletividade; também o produto da eventual indenização obtida em razão da degradação ambiental não pode ser repartido entre os integrantes do grupo lesado. O objeto dos interesses coletivos é indivisível e não se desfaz no momento de sua reparação, ainda que consista apenas em uma prestação pecuniária.

A *ratio* dessa indivisibilidade consiste em dois fundamentos. Um se dá pela impossibilidade de partilhar o bem, objeto da tutela dos interesses difusos, em virtude de suas peculiaridades, seja por motivos físcos ou políticos. Percebiam, por exemplo, a inviabilidade da divisão das águas de um rio ou do ar, bem como seria politicamente inconstitucional a divisão da efetiva prestação do serviço da saúde pública à coletividade ou o partilhamento da segurança exigida dos alimentos por camada social, cor, credo etc.

O outro porquê da natureza indivisível dos interesses difusos dá-se pela sua íntima ligação com a indeterminabilidade dos destinatários. Com efeito, como individualizar as pessoas lesadas com o derramamento de grandes quantidades de petróleo na Baía da Guanabara ou com a devastação da Floresta Amazônica? Destarte, estão incluídos no grupo lesado não só os atuais moradores da região atingida, como também os futuros moradores do local, dentre outros. Como determinar exatamente quais as pessoas lesadas em razão de terem tido acesso a uma propaganda enganosa, divulgada pelo rádio ou pela televisão?

Como se confere Mazzilli, “o elo comum dos destinatários que compartilham o mesmo interesse difuso é uma circunstância de fato, é evidentemente que essa relação fática também se subordina a uma relação jurídica (como, de resto, ocorre com quaisquer relações fáticas e jurídicas)”<sup>12</sup>; entretanto, no caso dos interesses difusos, a lesão ao grupo não decorrerá diretamente da relação jurídica em si, mas sim da situação fática resultante. Dessa forma, uma propaganda enganosa pela televisão relaciona-se, sem dúvida, com questões fáticas e jurídicas, contudo o que reúne o grupo para fins de proteção difusa é o *fato* de seu acesso efetivo ou potencial à propaganda enganosa<sup>13</sup>.

Advirta-se, porém, que há interesses difusos: a) tão abrangentes que chegam a coincidir com o interesse público (como o do meio ambiente como um todo); b) menos abrangentes que o interesse público, por dizerem respeito a um grupo disperso, mas não chegam a confundir-se com o interesse geral da coletividade (como os dos consumidores de um produto); c) em conflito com o interesse da coletividade como um todo (como os interesses dos trabalhadores na indústria do tabaco); d) em conflito com o interesse do Estado, enquanto pessoa jurídica (como o interesse do

12 In: MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. 19. ed., São Paulo: Saraiva, 2006, p. 51.

13 Id. *Passim*.

servidores públicos); e) atinentes a grupos que mantêm conflitos entre si (interesses transindividuais reciprocamente conflitantes, como os dos que desfrutam o conforto dos aeroportos urbanos ou animação dos chamados trios elétricos carnavalescos, em oposição aos interesses dos que se sentem prejudicados pela correspondente poluição sonora)<sup>14</sup>.

A doutrina geral dos direitos coletivos, representada por nomes como Ada Grinover, Barbosa Moreira, Fredie Didier JR., aponta o conteúdo predominantemente não-patrimonial e indisponível dos interesses difusos. Mafra Leal coloca que “os direitos difusos tratam de dois aspectos fundamentais: como a qualidade de vida e uma concepção de igualdade vista como direito à integração, baseada em aspectos participativos da vida social<sup>15</sup>”.

A fluidez é nota característica dos interesses difusos, e esses, por atingirem uma gama variada de indivíduos e castas sociais, toem vir consagrados como direitos fundamentais constitucionais, ainda que através de normas programáticas<sup>16</sup>. É o caso do direito à informação, ao ensino, à qualidade de vida e outros.

### 3. A REVELIA NA SISTEMÁTICA PROCESSUAL

No decorrer da história, o comparecimento do réu em juízo bem como o oferecimento de resposta foram tratados ora como dever, ora como direito. O Direito Processual Civil pode ser dividido em três grandes fases: sincretista, autonomista e instrumentalista. A obrigação do réu consubstanciada na imposição de se apresentar deu-se nas duas primeiras.

Na fase sincretista, em que o réu era visto em uma base inferior à do autor, a sua participação no processo, além de ser uma obrigação moral difundida no corpo social, representava um dever de respeito ao Juiz. O sincretismo entre o direito material e processual perdurou até meados do século XIX. A expressão máxima da corrente sincretista foi defendida por SAVIGNY, que via, no direito de ação, *o próprio direito subjetivo material a reagir contra ameaça ou lesão*.

Conferia-se ao autor o poder de obrigar o réu a vir a juízo, mediante o emprego da força (*manus injectio*), salvo se apresentasse um garante, o *vindex*, que, segundo parece, obrigava-se a assegurá-la.<sup>17</sup>

---

14 Idem. Loco Citato.

15 In: LEAL, Márcio Flávio Mafra. **Ações coletivas: histórias, teorias e prática**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1998, p. 103.

16 CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 2000.

17 PASSOS, J.J. Calmon de. **Comentários ao código de processo civil**. 9. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2004. V. III.

De igual modo, o poder-dever de contestar viu-se na fase autonomista,<sup>18</sup> não mais pelos motivos de outrora, agora prevalecia o formalismo e o tecnicismo, nota marcante deste contexto histórico da literatura processual. Esse ramo da ciência jurídica, do nascedouro à conquista da autonomia, estanca, no momento atual: a sua fase crítica<sup>19</sup>.

Expoente do período hodierno, Cândido Rangel Dinamarco argumentou que o processo é concebido como um instrumento-meio de realização de justiça por intermédio dos escopos da jurisdição<sup>20</sup>, daí a origem da nomenclatura -- fase instrumentalista.

Não adianta um código processual rico em institutos complicadíssimos, se a práxis forense revela-se complexa, morosa, ineficaz ou custosa. É exatamente o cenário de crise, no sistema judiciário de diversos países, que tem propiciado a abertura para discussões sobre a finalidade do processo e a efetividade da jurisdição. CHIOVENDA<sup>21</sup> ratifica que “il processo deve dare per quanto è possibile praticamente a chi há um diritto tutto quello e próprio quello ch’egli há diritto di conseguire”.

Assim, sob essa nova óptica de ver o processo civil, o poder-dever de contestar transmuda-se para uma faculdade. Autor e réu encontram-se em uma mesma base, e a contenda representará, também, para o réu um direito em potencial. Veja-se a expressão dessa mudança metodológica, por exemplo, no art. 264 do CPC, “uma vez feita a citação não poderá haver mudança do pedido ou causa de pedir sem o consentimento do réu”, e no art. 315 do mesmo diploma legal possibilitando a reconvenção.

A perda da faculdade supra referida gera um ônus processual que conhecemos por revelia. O nome desse instituto não é por acaso, mas em decorrência da influência das duas primeiras fases processuais, isto é, o não comparecimento do réu era visto como um ato de rebeldia. Revelia vem de revel, que oriunda de *rebelle*<sup>22</sup> do latim. Daí a razão, nas considerações de Marinoni<sup>23</sup>, “de a doutrina brasileira utilizá-la como sinônimo de contumácia”. Com certeza, se tal instituto tivesse sido criado no século XX para os dias atuais, teria outro nome.

A revelia pode gerar três efeitos, quais sejam: a presunção (*iuris tantum*) de veracidade dos fatos afirmada pelo autor, o julgamento antecipado da lide e a dispensa de intimação ao réu dos atos

18 C.f O nome da fase representa a idéia nuclear da mudança doutrinária. Tinha-se, naquele momento, a separação do direito processual do direito material.

19 Cf. ARARUNA; Eduardo Varandas. **A tutela coletiva dos interesses individuais homogêneos. Uma perspectiva luso-brasileira**. Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003. Se a fase autonomista assinala o nascimento do direito processual como ramo autônomo da ciência jurídica, a fase instrumentalista marca a sua maturidade.

20 [GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; CINTRA, Antônio Carlos Araújo. Teoria Geral do Processo](#). 24. ed., São Paulo: Malheiros, 2008.

21 CHIOVENDA, Giuseppe *apud* MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação Popular: proteção ao erário, do patrimônio público, da moralidade administrativa e do meio ambiente**. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2001, p.24.

22 Cf. Significa insurgente, rebeldia, contumaz.

23 MARINONI, Guilherme e ARENHART, Sérgio Cruz. **Manual de processo de conhecimento**, 5. ed., São Paulo: Revista do Tribunais, 2006, p.127.

processuais seguintes.

#### 4. OS INTERESSES DIFUSOS E A REVELIA PROCESSUAL

As Leis 7.347/85 e 8.078/90, juntas são os principais instrumentos normativos para os regramentos das ações coletivas, de modo que o Código de Processo Civil assume um papel coadjuvante. A aplicação subsidiária do CPC, todavia, será norteadada pela óptica coletiva, pelos bens e interesses em discussão, isto é, não pode haver uma aplicação pura e simples de dispositivo ideado para a lide individual em uma demanda coletiva, que, em regra, versa sobre direitos que não são do autor e, como já visto, são indisponíveis.

Nessa esteira, podemos citar o art. 320 do Código de Processo Civil com aplicação aos litígios coletivos. O inciso II do dispositivo retro entoa serem inaplicáveis os efeitos da revelia, quando a lide versar sobre direitos indisponíveis.

Sobre esse aspecto, intensa atividade jurisprudencial foi ideada, negando a aplicação ao art. 330, II, do CPC, exigindo o encaminhamento do feito para a produção de provas, ainda que presente a revelia. Nas ações civis públicas, invariavelmente, os Juízes têm decidido da mesma maneira: levam em conta o caráter de indisponibilidade atribuído aos interesses difusos e, sem titubear, descartam o julgamento antecipado da lide em face da previsão do inciso II, do art. 320, do CPC.

Além do julgamento antecipado da lide, observa-se, que a presunção (*iuris tantum*) de veracidade dos fatos afirmada pelo autor na peça exordial e a dispensa de intimação ao réu dos atos processuais seguintes, a título de efeitos do instituto da revelia, em regra, não vêm sendo observadas nos pretórios.

É verdade que, para melhor efetividade dos interesses difusos, a tutela na forma específica prevalece, indiscutivelmente, sobre a tutela pelo equivalente. Veja que o pedido constante das ações sobre aqueles interesses será, quase sempre, a condenação do réu a uma obrigação de fazer ou a uma abstenção de algum ato. Não é por acaso, e o ensejo dá-se pelas próprias características dos interesses.

A título de exemplo, imagine um dano a um interesse difuso constante da devastação das reservas florestais da Amazônia, caso optássemos por uma tutela pelo equivalente como normalmente acontece nas relações de cunho individual, chegaríamos a um tempo em que não haveria mais direito algum a se defender, todos aniquilados pela força do capital.

Deixe-se claro que, com a afirmação da preferência da tutela ressarcitória na forma específica sobre a indenização em dinheiro, não se está dizendo que, para efetiva tutela dos direitos,

não é possível a cumulação de ressarcimento na forma específica com o ressarcimento em dinheiro.

É importante frisar que ressarcimento na forma específica não significa mero estabelecimento da situação anterior à do ilícito, mas sim o estabelecimento da situação que deveria existir, caso o dano não houvesse ocorrido<sup>24</sup>.

Há casos em que é impossível o estabelecimento de uma situação equivalente àquela que existiria, caso o dano não tivesse ocorrido, mas é viável o estabelecimento da situação anterior à do dano, ou de uma situação que satisfaz em parte, a necessidade de sua reparação.

Desse modo, para ilustrar, se somente é possível, “no caso da poluição de um rio, o estabelecimento de uma situação parcialmente equivalente àquela que exista antes da poluição, apenas parcela do dano será ressarcida através de tutela ressarcitória na forma específica”<sup>25</sup>. A outra fração do dano a qual não poderá ficar sem sanção terá que ser ressarcida através do pagamento de dinheiro.

No caso do corte de árvores, a determinação do plantio de pequenas árvores, evidentemente não equivalentes àquelas que existiriam, caso o corte não houvesse ocorrido, configura apenas ressarcimento parcial do dano, sendo necessária, também, neste caso, para que o dano seja adequadamente sancionado, a cumulação da tutela ressarcitória pelo equivalente<sup>26</sup>.

Em uma terceira previsão, reconhecemos que poderão existir hipóteses em que a tutela ressarcitória específica será totalmente inviável, o que autorizará, apenas, o pleito indenizatório a um fundo dos direitos difusos previsto na Lei 7.347/85. Verifica-se, em última análise, o reflexo patrimonial dos interesses coletivos, em que a indenização será válida, para desestimular a repetição da infração por novos infratores, conscientizar a população através de campanhas publicitárias ou eventos de natureza semelhante e, de alguma forma, reconstituir o interesse difuso lesado (caráter repressivo-pedagógico).

Vimos que a tutela de interesses difusos deve comportar prioritariamente a tutela específica e que, em alguns casos, pode comportar, além dessa, a prestação em pecúnia ou restringir-se apenas à tutela pelo equivalente.

Considerando a não observância do art. 320, caput, e, em especial do art. 330, II, ambos do CPC, pela prática forense nas demandas coletivas, então, indagamos o que deve prevalecer se é o caráter indisponível dos interesses difusos ou a aplicação dos efeitos da revelia em detrimento do réu desidioso?

24 Cf. Consignou Helmut Rübman, o § 249 do CC. alemão trata da obrigação de estabelecer a situação que existiria caso o dano não houvesse ocorrido. “§ 249 Staz 1 gibt dem Cläubiger einen Anspruch auf Herstellung Natur” ( RÜBMANN. Kommentar zum Bürgerlichen Gesetz Zur Regelung des Retcht der Allgemeinem Geschäftsbedingungen, p. 225)

25 MARINONI, Luiz Guilherme. **Ações inibitória e de ressarcimento na forma específica no “anteproyecto de código modelo de procesos colectivos para iberoamérica ( art. 7º)**. In MILARÉ, 2005, p. 342.

26 ERMAN, (apud., MARINONI, 2005, In: MILARÉ, 2005, p.342)



## 5. A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA REVELIA A INTERESSES INDISPONÍVEIS

É indiscutível a indisponibilidade do direito material em tela, entretanto o que se converte pela via processual não é a existência desse direito. A título de exemplo, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado ou o direito a relações de consumo, baseado nos princípios estabelecidos na Constituição Federal e no Código de Defesa do Consumidor, respectivamente, são pressupostos que se traduzem na causa de pedir remota, que apenas serve de fundamento fático da ação. O pedido, cujos efeitos da revelia geram seu reconhecimento *incontinenti*, cuidará tão somente da prestação de fatos, da prática de atos ou pagamento de indenização destinados à plena recomposição do direito material lesado<sup>27</sup>.

Começamos a perceber que a indisponibilidade do direito material não se estende às providências destinadas à sua recomposição, chegando-se a conclusão da existência de um equívoco em parte da doutrina brasileira conservadora e dos julgadores, quando da conjugação do atributo da indisponibilidade dos interesses difusos ao instituto processual da revelia em ações coletivas. Trata-se de engano, “uma vez que a natureza do dano não pode ser confundida com a forma de reparação<sup>28</sup>”.

Tanto isso é verdade, que o art. 5º., § 6º., da Lei 7.347/85, com a redação que lhe deu a Lei 8.078/90, prevê a possibilidade, nos caso de tutela preventiva ou repressiva a interesses transindividuais, de ocorrer transação entre órgãos públicos legitimados e os interessados, os quais, mediante termo de ajustamento de conduta, poderão ajustar às exigências legais, adequação essa com eficácia de título executivo extrajudicial<sup>29</sup>.

Tem-se que considerar as peculiaridades dos novos direitos, bem diferentes dos exclusivamente individuais. Com efeito, o Ministério Público ou outro legitimado, quer em transação efetivada extrajudicialmente, quer em transação efetivada durante o transcorrer de uma ação civil pública ajuizada, jamais poderá dispor do direito material versado (direito ao meio ambiente equilibrado, por exemplo). O réu, contudo, não estará dispondo de direito indisponível, porque não se controverte a ele o interesse da manutenção dos mananciais restantes de água potável, e, neste rumo de exemplos, não interessará a ele a saúde pública efetiva, a guarda do patrimônio público etc., obviamente, enquanto pólo passivo da demanda.

Para corroborar essa diferença de tratamento dos interesses coletivos em relação às típicas

27 SOUZA, Luiz Antônio. **Ação civil pública: O efeito da revelia nas ações coletivas**. 1. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

28 MARINONI, Luiz Guilherme. **Ações inibitória e de ressarcimento na forma específica no “ anteproyecto de código modelo de procesos colectivos para iberoamérica**. In: MILARÉ, 2005, p. 341.

29 Cf. Ressalte-se que nos casos de transação versará apenas quanto às condições de modo, tempo e lugar do cumprimento das obrigações positivas e negativas capazes de recompô-los. Sobre esses aspectos pode-se dispor.

relações individuais, basta voltarmos os olhos ao diploma mais liberal do ordenamento jurídico brasileiro: o Código Civil. Só para citarmos um exemplo, o art. 852 veda qualquer compromisso para soluções de questões de Estado, de direito pessoal de família e de outras que não tenham caráter estritamente patrimonial (vide os direitos indisponíveis).

Ademais, é inverídico que, na tutela específica ou na tutela pelo equivalente – vide o reflexo patrimonial –, que o réu causador do ilícito não possa dispor do seu patrimônio.

É verdade que os interesses indisponíveis são inalienáveis, imprescritíveis, irrenunciáveis, não admitem a confissão etc., tudo em razão da proteção especial que se quis dar àqueles interesses. Perguntamo-nos: qual seria o dano existente no caso da decretação dos efeitos da revelia nas lides coletivas em que se pleiteia a tutela de algum interesse indisponível? Nenhum. *In casu*, a revelia surtiria efeitos contrários.

O caráter indisponível dos bens coletivos não é óbice ao julgamento antecipado da lide e/ou da aplicação da presunção de veracidade dos argumentos articulados na petição inicial pelo autor, bem como da dispensa de intimação ao réu dos atos processuais seguintes.

## 6. CONCLUSÃO

As considerações expostas nesta produção permitem concluirmos que, em se tratando de ação civil pública versando sobre interesses metaindividuais, em especial os difusos, o desinteresse ou desídia do réu importará, sim, em todos os efeitos da revelia, sem que resulte em disponibilidade de interesses ou direitos materiais indisponíveis.

## REFERÊNCIAS

ARARUNA, Eduardo Varandas. **A tutela coletiva dos interesses individuais homogêneos em uma perspectiva Luso-Brasileira** (dissertação de mestrado) Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 1º. Ed., Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. São Paulo, 2007. V. 2.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Escritos de direito processual**. 2. ed. São Paulo, 2007.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra:

Almedina, 2000.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

DIDIER Fredie Jr; ZANETI Hermes Jr. **Curso de direito processual civil**. 1.ed., Bahia: Jus Podivm, 2007. V.4.

DINAMARCO, Cândido Rangel, **A instrumentalidade do processo** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

EHRHDART JUNIOR, Marcos. **Revisão Contratual**. 1. ed. Bahia, Jus podivm, 2006,

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito Civil: Teoria Geral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: Contratos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Tomo. 2.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. **Direito do Consumidor: Lei 8.078/90**. 1. ed., Bahia: Jus Podivm, 2008.

[GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; CINTRA, Antonio Carlos Araujo.](#) **Teoria Geral do Processo**. 24. ed., São Paulo: Malheiros, 2008.

HOUASSIS, Antônio. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**, versão 1.0, s/1, 2001, sem paginação.

LEAL, Márcio Flávio Mafra. **Ações coletivas: histórias, teorias e prática**. 1.ed. Porto Alegre, 1998.

LENZA, Pedro. **Teoria geral de ação civil pública**. 3. ed. São Paulo: Revista do tribunais. 2007.

LEITE, George Salomão. **Dos princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Malheiros. 2003.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação Popular: proteção ao erário, do patrimônio público, da moralidade administrativa e do meio ambiente**. 4. ed., São Paulo: Revista dos tribunais. 2001.

\_\_\_\_\_. **Tutela coletiva**. 1ed. São Paulo:Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_; ARENHART, Sérgio Cruz. **Manual de processo de conhecimento**, 5. ed., São Paulo: Revista do Tribunais, 2006.

MORRIS, Clarence (org). **Os grandes filósofos do direito: tradução Reinaldo Guarany**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. 19º. ed., São Paulo: Saraiva, 2006.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Código de processo civil comentado e interpretado**. São

Paulo: Atlas, 2007.

NERY, Nelson; ANDRADE, Rosa Maria de. **Código de processo civil comentado e legislação extravagante**. 10. ed., Revista do tribunais, 2007.

NÓBREGA, J. Flóscolo da. **Introdução ao direito**. 7. ed., São Paulo, 1987.

PASSOS, J.J. Calmon de. **Comentários ao código de processo civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense

SOUZA, Luiz Antônio. **Ação civil pública: O efeito da revelia nas ações coletivas**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: contratos em espécie**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

YEAZELL, Stephen C. **From Medieval group litigation to the modern class action**. New Heaven and London: Yale Universty Press, 1987.